

# Raízes

v.35, n.2, jul-dez /2015

DA NOVA ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO PARA A SOCIO-  
ANTROPOLOGIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS AFRICANOS

DE LA NOUVELLE ANTHROPOLOGIE DU DEVELOPPEMENT A LA SOCIO-  
ANTHROPOLOGIE DES ESPACES PUBLICS AFRICAINS.

---

Jean-Pierre Olivier De Sardan

Tradução : Xavier Faure\*

## RESUMO

Intimamente ligada à África, a socioantropologia do desenvolvimento – que também podemos chamar de “nova antropologia do desenvolvimento” – tomou forma na década de 1980. Em um quarto de século, esta orientação científica tem evoluído bastante. Gostaríamos aqui de esboçar seu breve balanço, permitindo situá-la na história da antropologia moderna, e revelar como resultou recentemente em uma perspectiva mais larga, na qual ela está ampliada, e que chamaremos neste artigo de “socioantropologia dos espaços públicos africanos”.

Alguns esclarecimentos prévios são necessários: (a) Os enfoques ou as abordagens que distinguirei aqui são de modo ideal típico: alguns pesquisadores podem combinar na prática várias posturas ou ocupá-las sucessivamente; (b) Minha análise é muito redutora: ela não dá conta de uma multiplicidade de trabalhos individuais esparsos, certas vezes de grande qualidade, que não se enquadram nas categorias sumárias aqui esboçadas de forma muito rápida; (c) A nova antropologia do desenvolvimento e a socioantropologia dos espaços públicos africanos permanecem indubitavelmente minoritárias tanto na África quanto na Europa, seja no panorama da antropologia contemporânea em geral - focalizada majoritariamente, até agora, em abordagens clássicas ou neoclássicas, ou em abordagens pós-modernas e supermodernas -, seja na temática dos estudos africanos.

Começaremos primeiro descrever muito esquematicamente este panorama da antropologia contemporânea, em geral, e dos estudos africanos, em particular.

---

Jean-Pierre Olivier De Sardan é diretor de pesquisa no CNRS (FR) e diretor de estudos no EHESS. Presidente do I'PAD (Associação euro-africana para antropologia da mudança social do desenvolvimento. E-mail: jeanpierre.olivierdesardan@ird.fr

\*Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: xavfaure@hotmail.com.

## 1. DA ETNOLOGIA CLÁSSICA E NEO-CLASSICA PARA A ETNOLOGIA POS-MODERNA OU SUPERMODERNA

Por volta da década de 1950, a etnologia africanista, seguindo nesse ponto a etnologia propriamente dita - o termo “etnologia” não tinha sido ainda substituído por “antropologia” -, combinava temáticas instituídas aparecendo como específicas a esta disciplina (parentesco, rituais, mitos, organizações políticas tradicionais, produção e circulação de bens, etc...) com um saber-fazer metodológico relativamente consolidado, e estruturado em duplo nível: de um lado, uma abordagem “pela etnia” (em particular em forma de monografia), de outro o uso da pesquisa etnográfica de campo e a observação participante.

Esta visão clássica da etnologia permanece ainda dominante na Europa<sup>1</sup>. Devido aos temas, as suas referências “étnicas”, e as fascinações que podem exercer os “campos” pitorescos, ela alimenta de maneira recorrente e às vezes sem querê-lo a ideia de uma disciplina um pouco “primitivista” e “exótica”, ideia que constitui ainda sua “marca registrada” dominante e a base de seu recrutamento no Norte (pessoalmente, eu deploro fortemente a permanência de tal imagem da etnologia). Na verdade, poderíamos facilmente identificar como pano de fundo dessa visão uma ideologia *culturalista*, mais ou menos explícita (atrás da etnia, da cultura...). Mas devemos também reconhecer o mérito da etnologia clássica em resguardar e reproduzir os fundamentos do patrimônio metodológico da disciplina: a pesquisa de campo prolongada.

Na África, ao contrário, a etnologia clássica, devido as suas conotações colônias, tem sido muitas vezes desacreditada. Mas suas metodologias, infelizmente, foram também esquecidas. Para a grande maioria das universidades africanas, a pesquisa de campo se resume ao questionário, e a pesquisa empírica qualitativa nem é ensinada, nem tampouco utili-

zada. Quanto ao termo “antropologia”, ele se aproxima mais na África de sua acepção filológica - consideração sobre o mundo e os homens -, e se afastou das exigências empíricas da observação participante de longa duração e do “rigor do qualitativo”. Por isso, os pesquisadores africanos ficaram a margem, até os anos 1990, das transformações do cenário antropológico mundial.

Ao contrário, nos anos 1970 na Europa, tem-se assistido a emergência de uma abordagem “neoclássica”, ainda muito presente atualmente, e que, mantendo ao mesmo tempo os temas e métodos clássicos, tem renovado consideravelmente as abordagens conceituais e as interpretações, pelo fato de recorrer a perspectivas “construcionistas”, processuais ou “transacionais” (pensa-se, entre outros, em Fredrik Barth, 1969), afastando-se assim dos pressupostos *culturalistas*. Diversos trabalhos sobre a *etnicidade* e as identidades coletivas parecem-me reveladores dessa etnologia neoclássica (sobre os estudos africanos, ver, por exemplo, Lentz & Nugente, 2000).

Por outro lado, oposições fortes manifestaram-se contra a etnologia clássica, em particular sob a influência das modas intelectuais pós-modernas do final do século XX, nomeadamente nos Estados Unidos. Minha impressão é que essas oposições, muito excessivas e recorrendo ao amálgama, tiveram efeitos perversos em termos de metodologia, ao afastar a antropologia do “campo” - no sentido aprofundado e rigoroso do termo - para substituí-lo por considerações impressionistas, provocações epistemológicas, ou complacências subjetivistas, sem por isso romper verdadeiramente com a base *culturalista* da etnologia clássica.

Em reação a certos excessos positivistas - e bem reais - da etnologia clássica, a onda pós-moderna causou alguns estragos na Europa que, contudo, foram menores que nos Estados Unidos. Tais estragos remetem, de um lado, a um empreendimento descrevendo de maneira caricatural a etnologia clássica, vista como um projeto de sujeição política, in-

<sup>1</sup> A Associação europeia de antropologia social, aberta a todos os enfoques da disciplina, reconhece a importância deles pelos temas privilegiados analisados na sua revista *Social anthropology/Anthropologie sociale*.

telectual e simbólica, cujo uso da observação participante seria a marca registrada (Fabian, 1983), e de outro, a um apelo ao abandono das metodologias de pesquisa clássica – acusadas de objetivismo e reificação – em favor da adoção da reflexividade e da auto avaliação, o etnólogo tornando-se seu próprio herói.

Da mesma forma, em resposta a falta de interesse – realmente prejudicial – da etnologia clássica para novos temas da modernidade, alguns colegas, muitas vezes fascinados pelas miragens conceituais da “globalização”, afastaram-se das abordagens empíricas em favor de visões ensaístas e superficiais acerca da modernidade, ou da supermodernidade (Augé, 1994), às vezes em seus aspectos mais triviais, e sobre os temas mais anedóticos (aerportos, quarto de hotel ou Disneyland).

É verdade que as pesquisas conduzidas na Europa sobre a África foram muito menos afetadas do que o resto da profissão por estas respostas, ou pelo menos o foram de uma maneira mais branda e menos radical, a pesquisa permanecendo assim um atributo privilegiado da etnologia clássica ou neoclássica.

Foi durante a década de 1980 que se pode situar a emergência, no âmbito dos estudos africanos – e desta vez tanto na África como na Europa – de uma escola sociológica renovadora: promovendo, sem complexos, suas temáticas a partir de disciplinas conexas (sociologia, ciência política), esse novo enfoque tem apostado na parte produtiva do legado metodológico da etnografia (a pesquisa empírica), e, ao mesmo tempo, tem abandonado sua parte improdutiva (a etnia, e mais além, o *culturalismo*). Duas fases podem ser distinguidas: uma com foco em fenômenos sociais relacionados ao desenvolvimento - surgimento de uma “nova antropologia do desenvolvimento”-, outra com ampliação da perspectiva para o conjunto de modos de alocação de bens públicos ou coletivos - transição para uma “sociologia dos espaços públicos africanos”.

## 2. A NOVA ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Esta abordagem não nasceu do nada, e é preciso retrazar sua genealogia.

Durante os anos 1950-1960, foi na Inglaterra, e a respeito da África Austral com a Escola de Manchester (Barnes, Mitchell e Gluckman, 1949), que algumas das principais inovações foram introduzidas em relação à etnologia clássica: incluindo novas realidades ligadas ao contexto econômico e político moderno (migrações para as cidades, trabalho em minas, e mais geralmente as “situações coloniais”), essas novas temáticas de pesquisa – mais “sociológicas” de alguma forma – permitiram certa superação da abordagem pela etnia e pela monografia, própria da etnologia clássica. Nesse sentido, as interações entre atores oriundos de mundos sociais diferentes (Gluckman, 1971), a análise das redes (Mitchell, 1969), o estudo dos conflitos (Gluckman, 1956) adquiriram pela primeira vez uma posição de destaque no seio do conjunto metodológico da antropologia africanista. Na França, Georges Balandier (1955), que divulgou a escola de Manchester, contribuiu para que uma parte da antropologia francesa, essencialmente africanista, se livrasse da ortodoxia estruturalista hegemônica na época neste país. Na verdade, a maioria dos alunos de Balandier se orientou para o marxismo durante duas décadas (entre 1960 e 1980, mais ou menos), sob a influência determinante de Claude Meillassoux (1964). A rede informal da antropologia econômica marxista ampliou-se, mais tarde, em outros países europeus.

Outro avanço, na sequência, em parte, ao esgotamento das temáticas marxistas da articulação dos modos de produção, e em parte a uma “volta ao ator” – bastante geral nas ciências sociais europeias – vinculou-se a antropologia do desenvolvimento a partir do final dos anos 1980<sup>2</sup> até hoje, novamente com

2 Deve-se notar o papel pioneiro, na França, de pesquisadores do ORSTOM (Office de la recherche scientifique et technique outre-mer), cujas publicações (Jean-Pierre Dozon, Jean-Pierre Chauveau, Guy Pontié) figuram, para algumas delas, em uma coletânea anunciando a nova antropologia do desenvolvimento: Boiral, Lantéri e Olivier de Sardan, 1985 ; na Alemanha foram Georg Elwert e Thomas Bierschenk (1988) os precursores; para uma perspectiva mais geral, ver Olivier de Sardan, 1995.

base africana, e não sem ligação – direta ou indireta – com a escola de Manchester (Norman Long, um dos fundadores dessa nova antropologia, fez parte dessa escola, Long, 2001). Tal destaque do desenvolvimento remete ao fato de que, na África mais do que em qualquer lugar, esse tipo de intervenção é uma temática onipresente e constitui um contexto incontornável por toda ação coletiva até nos menores povoados. Numerosas publicações atestaram o dinamismo e a pertinência de uma análise empírica dos fenômenos sociais relacionados ao desenvolvimento na África<sup>1</sup>. Com efeito, em uma área – o desenvolvimento – saturada de ponto de vista morais ou normativos (“a favor” ou “contra” o desenvolvimento), esta nova antropologia do desenvolvimento, claramente transnacional, dará ao contrário a primazia a pesquisa de campo, recusando na medida do possível os *a priori* morais ou ideológicos. Portanto, trata-se de uma antropologia que, através do habitual conjunto de métodos de campo da etnologia, dedica-se a estudar simultaneamente as instituições de desenvolvimento e as populações as quais a elas se direcionam, as interações entre “desenvolvedores” e “desenvolvidos”, e as estratégias dos atores oriundos de mundos sociais muito variados e conectados pelas práticas políticas de desenvolvimento. Foi em torno desta nova antropologia do desenvolvimento que uma rede como a APAD<sup>2</sup> iria se formar, com o objetivo de possibilitar o confronto de ponto de vista entre pesquisadores africanos e europeus, quebrando assim a divisão estabelecida entre africanistas (europeus) e africanos.

No entanto, a nova antropologia do desenvolvimento não ocupa só o campo das relações entre antropologia e desenvolvimento. A antropologia do desenvolvimento, no seu sentido amplo e a nível mundial (e, portanto, essencialmente em Inglês) vem passando por uma situação bastante confusa, que se manifesta de duas formas: a primeira é liga-

da a multiplicação – muito diversificada e sem paradigmas comuns – de estudos “aplicados” ligados às instituições de desenvolvimento (inclusive a expertise e a consultoria em constante aumento); a segunda remete a uma grande discrepância teórica e epistemológica, no seio da qual se pode distinguir, simplificando, três abordagens conceituais distintas<sup>3</sup>: a) a abordagem “discursiva” do desenvolvimento, que é uma abordagem “desconstrucionista” do desenvolvimento, muito ideológica e não empírica (Escobar, 1995); b) a abordagem “populista”, ideologicamente contestável, mas ao mesmo tempo metodologicamente interessante, em algumas circunstâncias (Hobart, 1993); c) a abordagem pelo “entrelaçamento das lógicas sociais”, não ideológico e fortemente empírico, com dois polos independente, o polo de Wageningen em torno de Norman Long, e o polo “APAD”, mas reticular e disperso – essa última abordagem caracterizando a “nova antropologia do desenvolvimento”.

### 3. A SOCIOANTROPOLOGIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS AFRICANOS

Um dos grandes méritos desta antropologia é ter conseguido levar gradualmente a uma perspectiva mais ampla, abrangendo, além das instituições, atores e políticas do desenvolvimento, o setor associativo, a incontornável sociedade civil, as administrações locais e suas relações com os usuários, o Estado local e Estado na vida quotidiana, assim que as novas profissões do setor público ou privado. Esta expansão resultou em que se poderia agora nomear uma “socioantropologia dos espaços públicos africanos”. A própria expressão de “socioantropologia” revela nossa preocupação em estabelecer uma ponte entre a sociologia, e em particular a sociologia da Escola de Chicago, ou “sociologia qualitativa”, que já tinha há muito tempo aplicado os métodos da

3 Por exemplo, Bierschenk, 1988; Chauveau, 1985; Mongbo, R., 1995; Blundo, 1998; Lund, 1998; Jacob e Lavigne delville (eds), 1994; Bierschenk, Chauveau e Olivier de Sardan (eds), 2000.

4 Associação euro-africana para a antropologia da mudança social e do desenvolvimento.

5 Ver Olivier de Sardan, 2001.

etnografia a temas relativos diretamente a modernidade americana. Agora é a modernidade africana que é preciso investigar, em particular no quadro do espaço público, das administrações e do setor parapúblico, das formas de ação coletiva, e das relações entre interesses públicos e privados – desde que não percamos o rigor metodológico, pelo uso sistemático e minucioso da pesquisa empírica de campo.

Tomemos o exemplo da antropologia política africanista. Circunscrita, durante muito tempo, a análise das estruturas “tradicionais” de poder (sistemas de linhagem, chefia tradicional, realezas mais ou menos sagradas, etc.), essa antropologia cedeu às ciências políticas a análise do Estado moderno e de seus aparelhos: há sobre este aspecto uma vasta literatura de estudos políticos (por exemplo, Bayart, 1989; e Médard, 1991). Mas as ciências políticas são raramente ciências empíricas, e não estão em condição de efetuar uma etnografia ou uma sociologia intensiva do estado moderno, mesmo quando têm esse objetivo, como no caso da “política na ponta” de Jean-François Bayart (1981). Ao contrário, a socioantropologia dos espaços públicos africanos (tanto na Europa como na África) começou a abordar de frente – e pela pesquisa – as formas modernas de poder, ao estudar, por exemplo, a corrupção, a descentralização, os poderes locais, os sistemas de saúde, os sistemas judiciários...<sup>6</sup>

Curiosamente, pelo fato de se aproximar, com seus próprios procedimentos, dos objetos específicos da ciência política, a socioantropologia dos espaços públicos não foi sempre bem-vinda entre os cientistas políticos: em vez de dar atenção ao que essa abordagem tinha de inovador, e de iniciar com ela um real diálogo suscetível de superar as clivagens disciplinares, esses cientistas tentaram impô-la demonstrações de lealdade perante as problemáticas e referências eruditas de sua disciplina<sup>7</sup>.

Os temas da socioantropologia dos espaços públicos africanos, que dizem respeito principalmente à alocação e gestão de bens e serviços públicos ou coletivos na África, incluem, portanto, as operações de desenvolvimento. Tais temas possuem uma característica importante: por um lado, representam questões intelectuais, que se desdobram em discussões acadêmicas ou eruditas; mas, por outro lado, constituem também questões sociais. Todo tema de pesquisa é por definição, no mínimo, uma questão intelectual, na medida em que, no quadro de um determinado contexto teórico e problemático, um pesquisador constrói um objeto e participe assim, diretamente ou indiretamente, de um debate científico, pelo menos virtual. Contudo, além desse aspecto erudito, certos temas possuem uma segunda dimensão porque conduzem a questões sociais que transbordam a restrita esfera intelectual, ingressando assim, de maneira direta ou indireta, num debate público, em curso ou emergente. Os debates públicos são construções sociais peculiares, diferentes em muitos aspectos dos debates científicos. Os problemas da construção de um Estado sustentável (*sustainable State*), da estruturação dos espaços públicos, da governança, da qualidade dos serviços prestados as populações pelas administrações são, portanto, debates públicos intimamente associados não só ao desenvolvimento da África, como também ao seu destino social, econômico e político. Porém, nas pesquisas sobre a África como em outras, todos os temas acadêmicos são longe de representar questões sociais relevantes: muitos deles são construídos de acordo com procedimentos científicos que os tornam “bons para pensar” - intelectualmente interessantes - sem serem, entretanto, pertinentes para a sociedade - socialmente, ou civicamente interessantes -. Um repertório dos objetos de tese sobre a África revelaria, de

6 Ver Blundo, 2001; Blundo e Olivier de Sardan, eds, 2006; Jaffré e Olivier de Sardan, eds, 2003; Bierschenk e Olivier de Sardan, eds, 1998; Tidjani Alou, 2001; Olivier de Sardan, 2004.

7 Ver, por exemplo, a crítica, por Dominique Darbon (Darbon, 2004) de um artigo publicado na revista *Politique Africaine* (Olivier de Sardan, 2004). A economia e a ciência política, talvez por causa de sua proximidade com os centros de decisão políticas, econômicas e sociais, têm as vezes uma atitude arrogante para com as demais ciências sociais. A forte reação, já há vinte anos, do africanista Polly Hill contra o jugo da ciência econômica sobre as questões de desenvolvimento, não perdeu sua relevância e atualidade (Hill, 1986).

maneira muito óbvia, a diferença entre os objetos (exclusivamente) “intelectualmente interessante” e os objetos (conjuntamente) “intelectualmente e socialmente” interessantes.

A originalidade da abordagem da socioantropologia dos espaços públicos africanos não reside apenas no fato de que se trata de objetos “intelectualmente e socialmente interessantes”. Reside também no fato de que esses objetos não são tratados ideologicamente ou normativamente, mas de acordo com uma perspectiva promovendo o rigor da pesquisa empírica, sem ceder, no entanto, as derivas populistas ou de combate à injustiça. Como pesquisadores, devemos ter muita cautela em relação a atitudes militantes ou normativas, embora, como cidadão, possamos adotá-las.

Na verdade, a socioantropologia dos espaços públicos africanos não tem sido a única que se interessou, por meio da pesquisa de campo, pelas instituições públicas, parapúblicas e coletivas africanas. Muitos outros antropólogos têm abordado empiricamente a relação com o Estado africano contemporâneo, mas na maioria das vezes através de temáticas etnológicas tradicionais – como a doença, a feiticeira, as confrarias, as seitas ou as identidades étnicas – que os pesquisadores usaram para ver suas imbricações e ramificações nas formas modernas de poder. Tais perspectivas são claramente complementares a esta etnografia do Estado, das administrações, e das ações de desenvolvimento que temos iniciado no âmbito da socioantropologia dos espaços públicos africanos.

Todavia, a combinação de métodos comprovados - a pesquisa de campo, oriunda da etnografia clássica ou da Escola de Chicago - e temas inovadores, pelo menos no que se refere à África, com influência da sociologia e da ciência política, *não* são suficientes, a nosso ver, para caracterizar a especificidade da socioantropologia dos espaços públicos africanos. Com efeito, é necessário apontar algumas inovações que está última efetuou em relação à metodologia, embora a base da pesquisa de campo clássica fosse preservada. Por um lado, a utilização de fases coletivas de pes-

quisa alternadas com fases individuais (de média ou longa duração), e também a ênfase no trabalho aprofundado de equipe para a definição da problemática e, para a produção e interpretação dos resultados, que marcam uma ruptura com a tradição hiperindividualista da etnologia e antropologia (Bierschenk e Olivier de Sardan, 1998). Por outro lado, a realização de pesquisas em campos múltiplos, e em espaços sociais incomuns ou estranhos para a etnologia clássica (por exemplo, as administrações, ou as profissões) marca uma real distância com as monografias de aldeia, sem, no entanto, significar uma revolução epistemológica, como o afirmam de modo ostensivo Georges Marcus (1995) ou Akhil Gupta e James Fergusson (1997).

#### 4. A RECUSA DO CULTURALISMO

Para além dessas precauções e reservas necessárias, eu queria terminar no que acredito ser uma das características maiores deste enfoque de pesquisa: sua recusa ao culturalismo. Com efeito, o culturalismo é até hoje uma ideologia científica invasiva na antropologia (inclusive nos estudos sobre a África), e quase constitutiva de sua identidade, não só aos olhos das outras disciplinas, como também dos próprios antropólogos. Isso não significa que seja necessário jogar fora o conceito de “cultura” com a água do banho *culturalista*. Numa definição restrita e cautelosa, para descrever um conjunto de representações e/ou comportamentos compartilhados por um determinado grupo de atores sociais, o conceito de cultura permanece insubstituível, constando assim em qualquer agenda de pesquisa em ciências sociais. Contudo, a partir deste uso pragmático e inevitável da “cultura”, flutua-se rapidamente para um uso ideológico, que amarra a “cultura” em um enredo de mal-entendidos, conformismos e sobreinterpretações, e projeta nas questões culturais uma série de preconcepções sobre o objeto estudado. Com o culturalismo, todas as representações pertinentes e todos os comportamentos pertinentes de um grupo social levariam a ser necessariamente compartilhados: é, porém,

uma questão de pesquisa empírica aquela de saber que tipo de representações e que tipo de comportamentos são compartilhados e quais são os que não o são. Com o culturalismo, as representações e comportamentos compartilhados o seriam em todas as circunstâncias, e não em função dos contextos: é, porém, uma questão de pesquisa empírica aquela de saber que tipo de representações e que tipo de comportamentos são compartilhados em determinado contexto, e quais são os que não o são em outras situações. Com o culturalismo, as representações e comportamentos compartilhados remeteriam a valores comuns (alguns falam até de “visões do mundo”) que definiriam a identidade de um grupo, tratam-se, no entanto, de asserções que nenhuma pesquisa empírica pode atualmente atestar ou validar, tanto o universo conceitual dos “valores”, quanto das “identidades” é vago e repleto de ideologias.

O culturalismo, por prejulgar aquilo que é compartilhado, e ao conferi-lo um sentido de essência ou de identidade, contamina o trabalho de produção e interpretação dos dados. Ademais, o culturalismo é muitas vezes associado aos velhos demônios recorrentes da etnologia clássica, o “tradicionalismo” ou o “eticismo”, por exemplo. Enfim, o culturalismo contribui para perpetuar as oposições entre um “nos” e um “eles”, uma sociologia dos países desenvolvidos e uma etnologia dos países subdesenvolvidos, os temas bons para o primeiro mundo, e aqueles bons para o terceiro mundo: tais oposições nos parecem desatualizadas e freiam o progresso das ciências sociais tanto sobre a África como na própria África.

Recebido em: 05/06/2015

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, M. *Pour une anthropologie des mondes contemporains*. Paris: Flammarion, 1994.
- BALANDIER, G. *Sociologie actuelle de l'Afrique noire: dynamique sociale en Afrique centrale*, Paris: PUF, 1955.
- BARNES, J., MITCHELL, J.C. e GLUCKMAN, M. The village headman in British Central Africa. *Africa*, 19(2), p. 89-106, 1949.
- BARTH, F. (ed). *Ethnic groups and boundaries: the social organisation of cultural difference*, Oslo: Scandinavian University Press, 1969. [BARTH F., introduction, “Les groupes ethniques et leurs frontières”, traduction française dans Poutignat P. et Streiff-Fénart J., *Théories de l'ethnicité*, Paris: PUF, p. 203-249, 1995]
- BAYART, J. F. La politique par le bas en Afrique Noire. *Politique Africaine*, n.1, p.53-83, 1981.
- \_\_\_\_\_. *L'État en Afrique: la politique du ventre*. Paris: Fayard, 1989.
- BIERSCHENK, T. Development projects as arena of negotiation of strategic groups. A case study from Benin. *Sociologia Ruralis*, 38, p. 146-60, 1988.
- BIERSCHENK, T. e Olivier de Sardan, J. P. ECRIS. Enquête collective rapide d'identification des conflits et des groupes stratégiques. In Bierschenk, T. et Olivier de SARDAN, J. P. (dir.) *Les pouvoirs au village. Le Bénin rural entre démocratisation et décentralisation*, Paris: Karthala, p. 253-272, 1998.
- BIERSCHENK, T. e OLIVIER de SARDAN, J. P. (dir.). *Les pouvoirs au village: le Bénin rural entre démocratisation et décentralisation*. Paris: Karthala, 1998.
- BIERSCHENK, T., CHAUVEAU, J. P. e Olivier de Sardan, J. P. (dir.). *Courtiers en développement. Les villages africains en quête de projets*. Paris: Karthala, 2000.
- BLUNDO, G. Elus locaux, associations paysannes et courtiers du développement au Sénégal. Une anthropologie politique de la décentralisation dans le sud-est du bassin arachidier (1974-1995). Lausanne: Thèse de doctorat, 1998.
- \_\_\_\_\_. La corruption comme mode de gouvernance locale. Trois décennies de décentralisation au Sénégal. *Afrique Contemporaine*, 199, p. 115-127, 2001.
- BLUNDO, G. e OLIVIER de SARDAN, J. P. (Eds). *Everyday corruption and the state*. Ci-

- tizens and public officials in Africa*, London: Zed Books, 2006.
- BOIRAL, P, LANTÉRI, J. F e OLIVIER de SARDAN, J. P (dir.). *Paysans, experts et chercheurs en Afrique Noire. Sciences sociales et développement rural*, Paris: Karthala, 1985.
- CHAUVEAU, J. P. Mise en valeur coloniale et développement. In: BOIRAL, LANTÉRI e OLIVIER de SARDAN (Eds), *Paysans, experts et chercheurs en Afrique Noire. Sciences sociales et développement rural*, Paris: Karthala, 1985.
- DARBON, D. Pour une socio-anthropologie de l'administration en Afrique II. Retour méthodologique à propos d'un article de Jean-Pierre Olivier de Sardan. *Politique Africaine*, 96, p. 163-179, 2004.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development, The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FABIAN, J. *Time and the other: how the anthropology makes its object*, New-York, Columbia University Press, 1983. Traduction française: *Le Temps et les Autres. Comment l'anthropologie construit son objet*, Paris: Anacharsis, 2006.
- GLUCKMAN, M. *Custom and conflict in Africa*, London: Blackwell, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Analysis of a social situation in modern Zululand*, Manchester: Manchester University Press, 1958 [1940].
- GUPTA, A. e FERGUSON, J. (Eds). *Anthropological locations. Boundaries and grounds for a field Science*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- HILL, P. *Development economics on trial: the anthropological case for a prosecution*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- HOBART, M. (ed.). *An anthropological critique of development: the growth of ignorance*. London: Routledge, 1993.
- JACOB, J. P. e LAVIGNE DELVILLE, P. (Eds) *Les associations paysannes en Afrique: organisation et dynamiques*. Paris: APAD-Karthala-IUED, 1994.
- JAFFRÉ, Y. e OLIVIER de SARDAN, J. P. (Eds). *Une médecine inhospitalière: les difficiles relations entre soignants et soignés dans cinq capitales d'Afrique de l'Ouest*. Paris: Karthala, 2003.
- LENTZ, C. et NUGENT, P. (Eds). *Ethnicity in Ghana. The limits of invention*, London: Macmillan, 2000.
- LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge, 2001.
- Lund, C. *Law, power and politics in Niger*. Hamburg: Lit Verlag, 1998.
- MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, p. 95-117, 1995.
- MÉDARD, J. F. (ed). *États d'Afrique Noire: formation, mécanismes et crise*. Paris: Karthala, 1991.
- MEILLASSOUX, C. *Anthropologie économique des Gouro de Côte d'Ivoire*. Paris: Mouton, 1964.
- Mitchell, J.C. (ed). *Social networks in urban situations: analysis of personal relationships in Central African towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969.
- MONGBO, R. The appropriation and dismembering of development intervention. Policy, discourse and practice in the field of rural Development. In *Benin*, Wageningen: Thèse Landbouww Universiteit, 1995.
- OLIVIER de SARDAN, J. P. *Anthropologie et développement. Essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris: Karthala, 1995.
- \_\_\_\_\_. Les trois approches en anthropologie du développement. *Revue Tiers Monde*, 168, p.729-754, 2001.
- \_\_\_\_\_. État, bureaucratie et gouvernance en Afrique de l'Ouest francophone. Un diagnostic empirique, une perspective historique. *Politique Africaine*, 96, p. 139-162, 2004.
- TIDJANI ALOU, M. La justice au plus offrant: Les infortunes du système judiciaire en Afrique de l'Ouest (cas du Niger). *Politique Africaine*, 83, p. 59-78, 2001.